

José Leite de Vasconcelos (1858 – 1941): um *archeólogo* português¹

Todo o meu empenho consistiu em apurar a verdade, no serviço da Sciencia

(Vasconcelos, 1897, p. XXXIII)

CARLOS FABIÃO*

RESUMO

Ensaia-se uma abordagem ao percurso científico de José Leite de Vasconcelos, o mais notável cientista social que existiu em Portugal. Procura-se compreender quando e como o interesse pelo passado mais remoto surge na sua actividade de etnólogo e linguista. Identifica-se a relação com Martins Sarmento, como primeiro elemento relevante e, sobretudo, a sua vinda para Lisboa, primeiro para a Biblioteca Nacional, depois na direcção do Museu Ethnologico, que concebeu, criou e dirigiu, como aspectos determinantes na sua actividade arqueológica.

Pretendia esclarecer as realidades culturais que estudava como etnólogo através dos vestígios arqueológicos. Isto é, partia da realidade presente para tentar encontrar no passado a sua primitiva formulação, na convicção de que existia uma longínqua prefiguração de Portugal. Embora esse fosse o seu objectivo

¹ O presente texto constitui o essencial de uma palestra proferida no Museu Nacional de Arqueologia, a convite do seu Director, no âmbito das comemorações do centésimo quinquagésimo aniversário do nascimento do fundador da Instituição. O convite constituiu uma honra a que correspondi com prazer, embora sentindo o enorme peso da responsabilidade de tratar um tão delicado tema. Por se tratar de uma alocução pública, privilegiou-se o discurso directo, extraído dos textos do homenageado. De entre as diferentes possibilidades de revisão para efeitos de publicação, optei por manter o espírito da intervenção, não multiplicando, por isso, o aparato erudito. É sobretudo a voz de Vasconcelos que aqui se encontra, ainda que tratada, comentada e analisada por quem assina estas páginas.

José Leite de Vasconcelos, cujo 150.º aniversário se comemora este ano, foi o mais relevante cientista social português. Cumpre, no entanto, o ingrato destino de ser, simultaneamente, referência incontornável, autor sempre nomeado, mas efectivamente pouco lido e estudado, na complexa multiplicidade da sua obra – provavelmente, é mesmo essa complexidade que inibe a análise. Em âmbito comemorativo, sofre o efeito de ser encomiasticamente evocado, mas de novo pouco estudado. Sobre o homem e a obra pairam algumas incomodidades e incompreensões que importa analisar e esclarecer.

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Uniarq. cfabiao@fl.ul.pt

central, tal não o impediu de praticar uma investigação arqueológica rigorosa e tecnicamente sólida.

O amadurecimento e sofisticação da sua investigação acabaram por lhe demonstrar que de todo não existia essa longínqua nação portuguesa que buscava no registo arqueológico, pelo que regressou, no fim da vida, à síntese etnográfica e aos trabalhos no domínio da Linguística.

Palavras-chave: História da Arqueologia – José Leite de Vasconcelos

ABSTRACT

In this paper, the author attempts to make an approach to the scientific work of José Leite de Vasconcelos, the most remarkable social scientist who ever existed in Portugal. One tries to understand when and how did the interest for the remotest past come up in his activity as an ethnologist and linguist. As for the decisive aspects of his archaeological activity one firstly identifies his relationship with Martins Sarmiento, above all, his coming to Lisbon to the National Library and afterwards the management of the Ethnological Museum, which he designed, created and directed.

He intended to explain the cultural facts he studied as an ethnologist through archaeological remains. That is to say, he tried to find early formulas from the past to associate them with his current studies, believing that there was a remote prefiguration of Portugal. Although that was his main goal, it did not prevent him from practicing a rigorous and technically solid archaeological investigation.

The maturity and sophistication of his research showed him that there was definitely no such remote Portuguese nation, which he searched for in the archaeological record. Therefore, at the end of his life, he returned to the ethnographical synthesis and to the works in the field of linguistics.

Keywords: History of Archaeology – José Leite de Vasconcelos

1. O HOMEM: ALGUNS TÓPICOS BIOGRÁFICOS

Durante o tempo que vivi em Mondim impressionaram-me sempre, e logo desde que pude aplicar o pensamento a cousas históricas, as antigualhas que eu observava em várias povoações do concelho... Por outro lado falava igualmente ao meu espírito, pela estranheza que causava, em meio da civilização circundante, o viver serrano de Almofala, Bostelo, Vila Chã de Monte, Vilarinho... e como parte integrante d'ele, o uso de capucha, as casas cobertas de colmo, as canastras dos cereais, e aquele bento ou mèzinheiro que andava, de calção, pelas aldeias, montado numa burrinha, fazendo curas sobrenaturais... Embalado neste ambiente arqueológico e etnográfico, lembrei-me, muito novo, de arquivar ao acaso da memoria, ou em caderninhos, sem bem saber para quê, noticias do que mais atraía a minha atenção.

(Vasconcelos, 1933a, p. XIII-XIV)

José Leite de Vasconcelos nasceu em 1858, em Ucanha, no hoje extinto concelho de Mondim da Beira. Este berço em aldeia rural do interior constituiu um dado essencial para a compreensão do seu trajecto intelectual. Realizou os seus estudos superiores no Porto, onde se diplomou em Medicina, no ano de 1886. Terá sido o vivo contraste observado entre a sua aldeia do interior beirão e o cosmopolitismo e urbanidade portuense que o alertou para a urgência de um registo de tradições populares, observadas com curiosidade na sua infância e juventude, que sentia estarem em processo de rápido desaparecimento, literalmente

em vias de extinção, pela crescente divulgação de uma cultura literária, técnica e artística de matriz europeia. A imersão numa escola que constituiu um dos baluartes da difusão do positivismo de matriz anglo-saxónica em Portugal teve várias consequências, com distintos reflexos na sua obra. Por um lado, ali se tornou agnóstico o jovem aldeão católico. Assim nasceu o seu interesse pelos temas da religiosidade, entendida como fenómeno sociológico – *Para mim as religiões não passam de phenomenos sociológicos: e como taes as trato* (Vasconcelos, 1897, p. XXXIII). Por outro, terá ganho ali a sólida formação científica que para sempre moldou a sua obra, embora nos tenha deixado apontamentos onde se apresenta como aluno distraído do discurso dos mestres, porque desde logo atraído por outros temas – ... *enquanto o Professor explicava às paredes, os meus condiscípulos copiavam adivinhas* (carta a Martins Sarmiento, sem data, mas presumivelmente de 1880, onde relata a sua extensa recolha de adivinhas populares). Finalmente, suscitou-lhe o dilema fulcral da sua geração: a consciência de que seria necessário preservar e valorizar a cultura popular, entendida como “alma do povo”, raiz da Nação, sólido elemento identitário, em clara continuidade com o programa cultural romântico, e a percepção de que esses atavismos constituíam um poderoso travão do almejado progresso material, desejado e desejável. Imbuído de uma sólida cultura positivista, Vasconcelos pensava, como os autores do seu tempo, que as gentes rurais do interior do país formavam uma espécie de “sociedade fria”, vivendo um tempo sem tempo, que mergulhava as suas raízes na remota Antiguidade – por isso lhe pareceu, mais tarde, óbvia a via arqueológica para um melhor conhecimento e enquadramento dessas gentes e suas tradições.

Em 1887, assumiu o cargo de Conservador e professor de Numismática da Biblioteca de Lisboa, depois de uma brevíssima passagem pelo exercício da Medicina no Cadaval. Este apontamento biográfico é também relevante, uma vez que lhe garantiu um emprego público na capital, isto é, junto do poder, mas também porque determinou o definitivo abandono de uma carreira médica pela qual nunca pareceu sentir grande inclinação e cujo exercício o exasperou – *A reforma da Biblioteca é que ainda não apareceu. Eu é que já enfastiadíssimo d'aqui, pedi a minha demissão vocalmente... para me retirar para Lisboa, ao destino... Estou morto por me ver d'aqui para fora* (Carta a Martins Sarmiento enviada do Cadaval em 27/XII/1887).

Foi na Biblioteca, leccionando Numismática na escola de bibliotecários e arquivistas, que lhe surgiu o projecto da constituição de uma colecção de apontamentos sobre as religiões primitivas de Portugal. Esse projecto conduziria à recuperação das numerosas epígrafes e ex-votos do santuário de Endovélico, em S. Miguel da Mota, Alandroal, em 1890. A relevância e extensão da colecção assim obtida, associada a uma feliz conjugação de factores, levaram, em 1893, à

fundação do Museu Ethnografico Português, depois, Museu Ethnologico, hoje Museu Nacional de Arqueologia. Creio que o simples facto de se assumir como etnográfico/etnológico esclarece cabalmente o propósito do museu e do programa do seu fundador, para além do mais, explicitamente enunciado no decreto da sua constituição como haverá oportunidade de comentar.

A partir da intervenção em S. Miguel da Mota, inicia-se a etapa do Leite de Vasconcelos arqueólogo, com inúmeras intervenções de campo, depois, incrementadas com o fito de alimentar o acervo da Instituição criada – *Tendo eu começado, desde muito novo, a investigar, a par da Glottologia, a Ethnographia moderna de Portugal... fui levado pela successiva complexidade do trabalho, a occupar-me das cousas antigas, quando ellas servião, no circulo dos meus estudos, para aclarar os factos da actualidade, o que pude começar a realizar com algum proveito depois que entrei para a Bibliotheca Nacional de Lisboa... e a direcção do Museu Ethnologico Português.* (Vasconcelos, 1897, p. XXVII). Sublinhe-se, porém, que a actividade arqueológica conviveu sempre com as outras, de etnógrafo e filólogo, as mais assinaláveis da sua obra e, pode dizer-se, as efectivamente dominantes – como o autor expressamente assumia.

Após uma fase inicial de grande dinamismo, foi relegando cada vez mais as intervenções arqueológicas para os seus diferentes colaboradores e, a partir de 1920, a sua atenção encontra-se totalmente centrada na composição daquela que assumiu como a sua grande obra: *Etnografia Portuguesa – Aspiração de grande parte da minha vida foi o tirar a lume um tratado geral de Etnografia Portuguesa, sequer com o sub-titulo de «tentame»* (Vasconcelos, 1933b, p. IX). Não se pense, porém, que este afastamento da actividade arqueológica significou uma real desconsideração pelos progressos da disciplina. Na realidade, manteve-se sempre informado e profundo conhecedor dos progressos da informação e das novas tendências da pesquisa, como se vê nos últimos escritos publicados ou que deixou preparados para publicação. De algum modo, esbateu-se o arqueólogo Leite de Vasconcelos, com o início da escrita da *Etnografia Portuguesa*, mas não desapareceu o seu interesse pela Arqueologia, pelas mesmas razões que a suscitaram, *quando servia, no circulo dos seus estudos, para aclarar os factos da actualidade.* É importante sublinhar, porém, que a informação arqueológica já não era tão relevante, por duas razões. Por um lado, em plano conceptual, pela distinção que estabelecia entre *etnogenia* e *etnografia* (Vasconcelos, 1933, p. 12 e ss.; 1943, p. 196). Mas, por outro, na convicção que foi adquirindo ao longo do seu percurso científico de não ser de todo evidente a pertinência de fazer remontar ao passado longínquo a origem dos portugueses. Este é outro dos traços essenciais na obra de Vasconcelos, a grande honestidade intelectual, que o levava a rever os seus pontos de vista, sempre segundo o lema de procurar *apurar a verdade, no serviço da Sciencia.*

Em 1911, Leite de Vasconcelos tornou-se Professor da Universidade de Lisboa, onde leccionou diferentes disciplinas. No âmbito da secção de Filologia Clássica, Língua e Literatura Latina, depois, na secção de Filologia Românica, Filologia Portuguesa, Língua e Literatura Francesa, Gramática comparativa das Línguas Românicas, ocupando-se ainda das chamadas disciplinas auxiliares da secção de Ciências Históricas, Arqueologia, Epigrafia e Numismática. Importa salientar esta extraordinária dispersão de matérias para sublinhar a sua vastíssima erudição, mas também para melhor explicar o papel secundário que tinha a sua prestação docente na área da Arqueologia – v. *Livro do Centenário*, (1960, p. 5). Leccionou até 1929, data da sua aposentação, nesse mesmo ano abandonou as funções de director do Museu, ainda que de modo algum tenha abrandado a sua actividade intelectual.

De J. Leite de Vasconcelos costuma dizer-se que foi Etnógrafo, Linguista, Arqueólogo, Geógrafo e Historiador. Embora a observação se possa considerar basicamente correcta à luz da moderna partição dos campos do saber, constitui manifesta incompreensão da essência do seu labor que era, na realidade, perfeitamente unitário e bem definido. O autor tinha um só objecto de estudo: o Povo Português, entendido na perspectiva da sua época, como um agregado humano que partilha um mesmo espaço, uma história comum e uma mesma língua, e um programa de estudo que valorizava a remotíssima antiguidade da nação portuguesa. É justamente por isso que, no contexto da sua obra, *Religiões da Lusitânia* se deve entender como uma espécie de prólogo ao grande trabalho de fundo, *Etnografia Portuguesa*, ou, melhor dizendo, a segunda assume contornos de continuação da primeira, como sublinharam os diversos autores que participaram no *Livro do Centenário*, publicado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1960.

Enquanto autor maior das ciências sociais em Portugal, a sua personalidade e obra acabaram por ser vítimas de várias incompreensões. Em primeiro lugar, a sua abordagem escrupulosamente positivista foi aberta ou indirectamente criticada e rejeitada, no âmbito dos debates epistemológicos dos meados do século XX. Por outro, a crescente especialização dos meios científicos, com o surgimento e afirmação de distintas áreas do saber, entendidas como territórios específicos e bem delimitados, ainda que convivendo com os reiterados discursos de apelo à interdisciplinaridade, entendida sempre como diálogo/colaboração entre distintas áreas de especialidade e não como ensaio de síntese de teor eminentemente pessoal, tornaram a sua obra num *objecto estranho*, revisitada parcelarmente, ao sabor dos interesses específicos de cada especialista. A sua abordagem de claro pendor nacionalista, que nos inícios diagnosticava a “decadência da Nação”, pretendendo contribuir para a sua redenção, pelo estudo e pelo saber, tidos como os eixos fundamentais para o progresso, era, no essencial, um programa herdado da chamada

“geração de 70” e, diga-se, tinha muito de retórico. As inflexões optimistas da sua perspectiva, notadas sobretudo nos últimos anos de vida, acabaram confundidas com o discurso nacionalista do Estado Novo – *Ninguém morre de fome, todos têm sua sopa. O povo, agora, não pode queixar-se muito*, registou M. Viegas Guerreiro (*Apud Livro do Centenário*, 1960, p. 127). Mais do que uma declaração de adesão política, este optimismo dos últimos anos de vida deve ser entendido como o reconhecimento objectivo de um trajecto de progresso material, desde o último quartel do século XIX. Neste particular, era o positivista a falar, não o adepto deste ou daquele regime.

O facto de Leite de Vasconcelos ter convivido mal com a I República, recorde-se o Inquérito Parlamentar ao “seu” museu, instaurado em 1911 (Vasconcelos, 1915), e de nunca se ter demarcado ou manifestado oposição à ditadura militar ou ao Estado Novo, como o fizeram alguns dos discípulos, designadamente Rodrigues Lapa, mais acentuou essa identificação entre o seu programa e a agenda política do novo regime, granjeando-lhe a antipatia da intelectualidade democrática. Em suma, o facto de ter vivido aquilo a que já se chamou *o século dos intelectuais*, caracterizado por uma intensa intervenção política e cívica ou pela figura do *intelectual empenhado* (Winock, 1997), mantendo-se, todavia, distante de envolvimento político, contribuiu fortemente para um relativo desprezo e esquecimento da sua obra. Assim se compreende que boa parte dela não tenha conhecido a merecida atenção ou a simples reedição.

2. A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

*A archeologia prehistorica... é uma das aquisições scientificas
mais notaveis e brilhantes do século XIX...
Com relação a Portugal, a historia d'esta sciencia divide-se em
duas epochas: uma, até á inauguração dos estudos geológicos,
especialmente até á data da nomeação da Comissão Geológica
do reino (1857); outra, desta data para cá.*

(Vasconcelos, 1897, p. 3-4)

Para se entender de onde veio o interesse de Leite de Vasconcelos pelos estudos arqueológicos, afigura-se pertinente observar como nasceu e se afirmou entre nós a disciplina, obviamente sem remontar a remotas origens de eruditos humanistas.

Na história da arqueologia portuguesa podemos rastrear várias iniciativas que se desenvolvem durante o terceiro quartel do século XIX, em clara demonstração de que a sociedade portuguesa acompanhava as tendências que se desenhavam um pouco por toda a Europa. Por um lado, a iniciativa de realizar escavações em sítios arqueológicos ou de recuperação de monumentos antigos, de que constituem casos emblemáticos a *Sociedade Archeologica Lusitana* (1849-1857), nascida com o explícito propósito de realizar escavações no sítio de Tróia, no estuário do Sado, desaterrando (mais do que escavando) as suas ruínas e formando um museu com os espólios exumados, na cidade de Setúbal, ou a recuperação das ruínas do templo romano de Évora (1845-1870/1). No primeiro caso, tratou-se de uma iniciativa de um grupo de indivíduos, no segundo, inicialmente também uma iniciativa individual, concretizada, depois, pelo poder local. Em ambos os casos, é possível vislumbrar a expressão de uma nova atitude de recuperação do passado para o integrar no seio de uma nova sociedade liberal burguesa. Não estamos já perante práticas colecionistas de cariz aristocrático, para fruição própria, mas antes de uma tentativa de colocar estas iniciativas ao serviço da comunidade, para instrução do povo. Aqui se observa também como, praticamente em simultâneo, aquilo a que hoje chamamos a “sociedade civil” e os poderes públicos se empenham nestas tarefas. De algum modo, estas acções acabaram por ser continuadas pela *Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*, que teve no arquitecto da Casa Real portuguesa Possidónio da Silva o seu grande mentor. Embora se tratasse de uma associação de cariz privado, a posição ocupada pelo seu mentor e a protecção régia que recebeu transformou a Associação numa organização híbrida, onde se cruza a “sociedade civil” e a tutela estatal, sendo o tema do património histórico (que não exclusivamente o arqueológico) a sua principal área de acção. A incumbência de realizar a lista dos monumentos históricos portugueses, expressamente encomendada em 1880, consagra justamente essa fusão entre privado e público ou de incumbência a uma entidade privada de uma acção de interesse público.

Encontram-se num patamar mais sofisticado as iniciativas de outras individualidades e instituições que de um modo muito mais notório marcam o nascimento de uma arqueologia de claro teor científico no nosso país. Refiro-me em concreto à acção da Comissão Geológica do Reino, devidamente sublinhada por Leite de Vasconcelos, ou ao projecto da *Carta Archeologica do Algarve*, do lado das iniciativas públicas, e à acção de Francisco Martins Sarmiento, no domínio da iniciativa privada. Os trabalhos da Comissão Geológica estão emblematicamente associados às principais personalidades que compõem a sua direcção, primeiro, Carlos Ribeiro e Pereira da Costa, depois, J. F. Nery Delgado e Paula e Oliveira,

enquanto que a *Carta Archeologica do Algarve* teve em Sebastião Phillipes Estácio da Veiga o seu principal mentor e, oficialmente, único responsável, embora saibamos dos importantes apoios locais recebidos de curiosos e aficionados empenhados no estudo das antiguidades locais.

Estas duas acções institucionais públicas representam duas importantes tendências da investigação. A Comissão desenvolvendo um labor associado ao que chamaríamos uma abordagem de pendor naturalista onde um dos principais propósitos consistiria na identificação dos *mais remotos vestígios da presença humana* no território português, quer pelos traços materiais da actividade humana, quer pelos restos antropológicos. Por esta razão, os seus membros ocuparam-se preferencialmente dos vestígios pré-históricos, em múltiplas perspectivas, onde se cruzavam os estudos antropológicos, com os zooarqueológicos e os mais estritamente ligados à análise da cultura material, sendo justamente considerados os fundadores dos estudos pré-históricos em Portugal. Pode dizer-se que o principal propósito destes estudos se relacionava com o candente tema da evolução humana e dos mais remotos vestígios humanos. Por essa razão, Carlos Ribeiro privilegiou o tema da antiguidade do Homem, com a conhecida proposta de identificação de um *homem terciário*, deduzida a partir da análise dos sílices da Ota – recorde-se que foi a necessidade de debater de um modo mais sustentado e informado esta questão que reuniu em Lisboa a *IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas*, em 1880. O estudo das cavernas seguia igual perspectiva, já que se considerava serem estes espaços o cenário privilegiado para a identificação dos mais remotos vestígios da presença humana.

Já o projecto da *Carta Archeologica do Algarve* apresenta características de profunda originalidade, por serem bastante raras então as iniciativas análogas em outros países europeus. Estácio da Veiga, o autor do projecto, empenhou-se em identificar e cartografar os vestígios materiais do passado, de todas as épocas, numa região concreta: o Algarve. Não buscava os mais antigos vestígios da presença humana, até por lhe ter sido expressamente interdita a escavação em cavernas (facto que o autor não deixou de deplorar na introdução do primeiro volume de *Antiguidades Monumentaes do Algarve*), mas antes a identificação dos locais onde se conservavam testemunhos da presença humana, desde a pré-história até à época medieval – daí a elaboração de duas *cartas archeológicas*, a relativa aos *tempos prehistoricos* e a dos *períodos históricos*. Não era também um objectivo do seu estudo a busca de uma qualquer identidade nacional em remotas eras, mas antes aquilo que hoje poderíamos definir como o estudo da diacronia de ocupação de um vasto espaço natural e das diferentes estratégias desenvolvidas para a instalação e exploração de recursos pelas distintas sociedades. São justamente estes os

principiais emblemas de modernidade no labor de Veiga: a perspectiva ampla, sem privilegiar nenhum período cronológico em concreto, e uma aparente neutralidade face às agendas nacionalistas então em voga, sobretudo nos estudos que versavam a proto-história. O interesse pelos mais antigos vestígios da presença humana, que também por certo teria, ficou relegado para um segundo plano, pela inibição de estudar as cavernas. Com as limitações e fragilidades próprias da sua época, pode dizer-se que o labor dos membros da Comissão Geológica ou de Estácio da Veiga constituem o que mais se aproxima da Arqueologia contemporânea. Os primeiros, com uma abordagem multidisciplinar que tem por objecto a Humanidade (em sentido lato) e os seus mais remotos vestígios, o segundo, com um claro propósito de entender a dinâmica da ocupação humana em um espaço pré-determinado. Por estas razões, uns e o outro constituem referências consensuais da história da Arqueologia portuguesa.

Em paralelo com estas correntes, um autor, a título individual, Francisco Martins Sarmiento, desenvolveu um projecto pessoal de características peculiares que muito fortemente marcou as gerações mais jovens dos finais de oitocentos. Contrariamente às pesquisas de teor “neuro” dos naturalistas ou de Estácio da Veiga, Sarmiento definiu como objecto de estudo os Lusitanos, considerados como antepassados remotos dos modernos portugueses. O seu propósito não era estudar antigos vestígios da presença humana ou realidades arqueológicas de uma dada região, mas antes ensaiar uma caracterização das raízes da nação, convocando para esse efeito os dados da literatura clássica, as epígrafes e os vestígios arqueológicos, com particular atenção aos monumentos megalíticos e aos povoados fortificados, os castros, sendo a Citânia de Briteiros e o Castro de Sabroso os locais onde centrou a sua atenção. Por então se desconhecer de todo o mundo funerário pré-romano, presumia Sarmiento que os dólmenes eram os sepulcros dos habitantes dos castros. O seu programa de estudo tinha como objectivo a demonstração do erro da tese de Alexandre Herculano sobre as origens medievais de Portugal, contrapondo-lhe a remota linhagem lusitana da nação. O facto de se ter centrado sobretudo no vale do Ave era, para o vimeirense, irrelevante, uma vez que supunha tratar-se de um mero exemplo de uma realidade mais vasta que se estenderia pela Galiza e Portugal. A sua participação na *Expedição Científica à Serra da Estrela*, promovida pela *Sociedade de Geographia de Lisboa*, em 1881, onde registou a presença de mais antas e castros (para além de sepulturas escavadas na rocha), só contribuiu para consolidar a sua ideia de que existia uma unidade nacional remota. Quando mais tarde foi desafiado a ocupar-se do estudo de outros castros em diferentes regiões do país, declinou o convite, alegando que lhe bastava já o que conhecia nas vizinhanças de Guimarães.

Os estudos de Martins Sarmiento exerceram uma particular influência numa geração mais jovem de estudiosos do norte de Portugal, entre os quais se encontram os membros do grupo que constituiu a *Sociedade Carlos Ribeiro* (1887/1898) e manteve o periódico *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, de 1890 a 1898, onde publicaram praticamente todos os grandes intelectuais do positivismo português (entre os quais, assinala-se, o próprio Leite de Vasconcelos). Este grupo, dominado por Rocha Peixoto e Ricardo Severo, elegeu o nome do primeiro director da Comissão Geológica como referência e expressa homenagem, mas recebeu sobretudo a influência das teses de Sarmiento. O seu programa atinge a maturidade com a publicação da revista *PORTVGALIA materiaes para o estudo do povo português* (1899-1908), título que por si diz muito sobre os seus propósitos.

Foi também pelo convívio com Martins Sarmiento que nasceu o interesse de Leite de Vasconcelos pelos estudos arqueológicos.

3. POR INFLUÊNCIA DE MARTINS SARMENTO: O NASCIMENTO DO ARCHEÓLOGO JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

*Eis o resultado das minhas investigações arqueológicas,
que eu tenho feito com o fim de não deixar perder,
e não porque eu me dedique a isto, como V. Ex^a sabe.*

(Vasconcelos, 8/X/1883, carta a Martins Sarmiento)

A influência de Francisco Martins Sarmiento foi determinante na formação intelectual de José Leite de Vasconcelos. Entre outros aspectos, foi o exemplo e a instigação do vimaranense que fizeram nascer o interesse pelos vestígios arqueológicos e que, mais tarde, determinaram a orientação de Vasconcelos para estes estudos. A este respeito, a correspondência que trocaram constitui a melhor fonte para a compreensão da génese e desenvolvimento deste processo.

Em carta a Martins Sarmiento, o então jovem estudante de Medicina José Leite de Vasconcelos deu conta dos projectos culturais que acalentava nos escassos tempos livres de que dispunha. Em 1882, relata o seu primeiro grande projecto científico: *Tradições populares de Portugal*. Enquanto o mesmo não ganhava corpo, manifestou igualmente a intenção de criar uma *Revista Lusitana* dedicada ao *estudo das mitologias, tradições populares, e línguas de Portugal e da Galiza desde as eras mais remotas até hoje*. Como é sabido, esta só saiu dos prelos cinco anos mais tarde, contudo, era já significativa esta ideia de tratar o tema não só na perspectiva imediata, estritamente etnográfica, mas olhada em plano de longa duração, desde

as eras mais remotas. É claro que, nesta fase, a perspectiva de Vasconcelos era ainda marcada por uma evidente candura, como também percebemos na correspondência com Sarmiento – *Estou entusiasmado com este estudo [sobre advinhas populares], porque no nº que cá tenho da Revue Celtique há muitas idênticas ás nossas... É um arrojo, mas tenho um palpite que adivinbas, ornatos dos jugos [de bois], cidades velhas [castros] provém tudo lá da Ásia (Árias)* (Carta de 1880, sem data).

Ainda na correspondência, encontramos os primeiros afloramentos das observações arqueológicas de Vasconcelos, aparentemente, mais com a intenção de satisfazer a curiosidade do seu correspondente, do que propriamente por se interessar pelo tema. Assim, em carta datada de 8 de Outubro de 1883, apresenta os resultados de algumas breves observações de terreno, para logo afirmar explicitamente que se não ocupa de Arqueologia: *Aqui perto há uma Cerca dos Mouros (castro) murada; fui lá mas só achei fragmentos de vasos com uma singela ornamentação linear; as muralhas estão em ruínas e são muito largas; algumas pedras são muito polidas; também lá vi uma pedra com um buraco; parece cunhal de porta... Perto, num cemitério, achei muitos tijolos romanos (quadrados e os tais com beira)... Têm aparecido muitas moedas romanas... Eis o resultado das minhas investigações arqueológicas, que eu tenho feito com o fim de não deixar perder, e não porque eu me dedique a isto, como V. Ex^a sabe.*

Não deixa de surpreender este escrito, onde aquele que é considerado uma referência da Arqueologia portuguesa explicitamente afirma que se não dedica a essas coisas. É certo que o primeiro título que publicou, ainda como estudante da escola médica, de temática, digamos, arqueológica, *Portugal Pré-Histórico*, remonta a 1885, mas não se percebe o que teria levado a tal iniciativa. Em carta enviada ao seu mestre e amigo nesse mesmo ano pedia que o lesse e anotasse ... *com franqueza ao lado aquilo que não achar bem*, rematando com a sua habitual honestidade: *Eu esforcei-me por ser exacto; em todo o caso não há ninguém que não erre, principalmente em assunto em que se não é especialista.* Naturalmente, estas linhas podem perfeitamente ser entendidas como mera expressão retórica de humildade. Contudo, no contexto geral da correspondência entre os dois, parece-me legítimo entendê-las em sentido literal. O jovem Vasconcelos tinha real consciência das suas limitações e desejava sinceramente conhecer a opinião de Sarmiento, que tinha por devidamente abalizada. Uma vez mais, assume-se claramente como um não especialista.

Mas, se não se sentia especialista, nem tinha especial interesse pela Arqueologia, o que levou o futuro fundador do *Museu Ethnografico* a inclinar-se para o estudo do passado? Uma vez mais, a correspondência com Sarmiento esclarece as razões da mudança, os motivos pelos quais passou a interessar-se.

A assunção do cargo na Biblioteca Nacional marca a definitiva ruptura com a Medicina, mas não um afastamento dos seus grandes projectos, como explica ao seu amigo vimaranense, em carta de Janeiro de 1889: *Eu não me distraio completamente da linguística, conquanto a regência da cadeira [de Numismática] me tire algum tempo; todavia V. Ex^a sabe que eu não me dedico à filologia só por amor da arte, mas porque com ela quero principalmente contribuir para a resolução do nosso problema étnico; é por isso também que me consagro, tanto quanto posso, à etnologia: ora o estudo das moedas antigas em geral e em especial o das chamadas celtibéricas deve fornecer-me muitos dados, – e só com essa mira e com o fim de estudar principalmente as nossas coisas, eu aceitei o cargo para que fui nomeado [na Biblioteca]. De mais a mais eu deixei a clínica. Já vê pois que pouco ou nada saí do meu terreno, – a filologia e a etnologia, ainda que nestes dois campos eu só exploro algumas partes.* O objecto de estudo continuava o mesmo, os domínios científicos também, ainda que fosse ganhando corpo a utilidade de alongar o olhar em direcção do passado.

O tema que, de um modo mais imediato, suscitou o interesse de Leite de Vasconcelos foi o da religiosidade antiga, o que facilmente se percebe, tendo em conta o já mencionado programa de estudo das *tradições populares*. O vivo debate que sobre aquela temática percorria os meios eruditos de então, na realidade, era somente um aspecto de um outro mais amplo e profundo: o que opunha a tese da celticidade dos lusitanos, defendida por Adolfo Coelho, entre outros autores, à da crença em uma mais remota estirpe (pré-céltica) desses mesmos lusitanos, vivamente abraçada por Martins Sarmento. Vasconcelos seguia com interesse a polémica, tendo inclusivamente recebido nas páginas do primeiro número da sua *Revista Lusitana* um artigo de Coelho que, frontalmente, rejeitava as propostas do vimaranense. A curiosidade leitiana é compreensível, uma vez que se tratava da etnogénese portuguesa, o seu tema de eleição. Recorde-se que Vasconcelos partilhava com o seu mestre Sarmento a ideia de que a resposta a tais questões se encontraria nas remotas raízes do povo português, em clara rejeição da proposta de Alexandre Herculano, que situava na época medieval o nascimento da nação portuguesa. A rejeição da tese de Herculano é justamente uma das ideias fortes do opúsculo sobre o *Portugal Pré-Histórico*. É, pois, com curiosidade retrospectiva, isto é, partindo do presente para o passado, que Vasconcelos se acerca de temas hoje considerados mais estritamente arqueológicos.

Abandonada a Medicina e iniciada a nova carreira de professor na escola da Biblioteca de Lisboa, Vasconcelos escreveu em 1888 a Martins Sarmento, dando-lhe conta de que tinha em organização *um pantheão lusitano, a título de comentário para a minha aula de Numismática. Já tenho cá alguns objectos e desenhos de outros...* O objectivo dessa colecção era didáctico, uma abordagem que na realidade

acompanhou toda a obra leitiana. O propósito para a sua estreia arqueológica acabaria por ser o santuário da divindade indígena Endovélico, situado em S. Miguel da Mota, Alandroal, que deve entender-se no contexto deste processo de constituição do *pantheão lusitano*.

4. O ARCHEÓLOGO JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

... tenho certo interesse em me ocupar de Endovellico de modo especial, pois que a exploração das ruínas do santuário foi a minha estreia archeologica, e logo com auspiciosa felicidade

(Vasconcelos, 1905, p. 112)

Desde o século XVI que havia notícias sobre “ídolos” e inscrições dedicadas a esta divindade em um remoto serro das proximidades da vila alentejana de Alandroal. O segundo duque de Bragança, D. Teodósio, recolhera já algumas inscrições, que transportara para Vila Viçosa, para o convento de S. Agostinho, onde planeava criar um grande centro de estudo. De tais factos deu notícia André de Resende. Frei Bernardo de Brito, na sua *Monarchia Lusitana*, fez eco de tradições que atribuíam a fundação do templo a um capitão cartaginês. Tratava-se, pois, de um tema relativamente presente na informação que circulava nos meios eruditos. O tema voltou ao conhecimento público com um artigo do padre J. Rocha Espanca dado à estampa na revista da *Sociedade de Geographia de Lisboa*, em 1882. Este texto terá estado na origem da curiosidade manifestada por Gabriel Pereira, companheiro de trabalho de Vasconcelos na Biblioteca. O erudito alentejano visitou o local e publicou um texto sobre o mesmo no ano de 1889. Aí dava conta de existir no cerro de S. Miguel da Mota uma ermida em avançado estado de ruína, sem qualquer interesse patrimonial para os cânones da época, onde os degradados rebocos deixavam ver que nas paredes havia grande quantidade de estátuas e inscrições. No seu estudo, Pereira incluiu um esboço da planta do edifício. Não custa imaginar como este assunto vivamente interessou quem se ocupava então da constituição de um *pantheão lusitano*.

Assim, em 1890, Vasconcelos obteve autorização do Governo para proceder à demolição das ruínas da velha ermida, com o intuito de recuperar do local quantos elementos escultóricos e inscrições pudesse encontrar, para trazer para o seu “museu” da Biblioteca. Na Páscoa desse mesmo ano, com o auxílio de um pedreiro, dedicou-se durante duas semanas à criteriosa demolição da ermida, recolhendo um enorme acervo de materiais, que encheu dezassete caixotes. A intervenção em S. Miguel

da Mota, que seria mais tarde recordada por Vasconcelos como a sua auspiciosa estreia arqueológica desencadeou um processo de contornos complexos. Por um lado, terá impressionado (e entusiasmado) fortemente o professor da aula de Numismática, mas criara um problema sério de armazenagem dos materiais, por outro, terá suscitado um novo interesse pelo estudo do passado, acompanhado de uma tomada de consciência das suas próprias limitações nestes domínios.

Uma vez mais, a correspondência é reveladora. Em 1890, as cartas são breves, pequenas notas onde se multiplicam os apelos a esclarecimentos sobre os materiais encontrados. Em 3 de Junho, seguem vários desenhos (elementos escultóricos e a escultura zoomórfica do porco) com a inquirição sobre se algo do género teria aparecido na Citânia, acompanhada de um pedido de envio da *Revista de Guimarães*, onde Sarmiento respondeu ao texto de Adolfo Coelho sobre as religiões indígenas da Lusitânia; no mês seguinte, novo pedido de envio da revista e nova carta com mais pedidos de sugestões sobre a escultura zoomórfica e o seu significado. Não deixa de ser notável, porém, que na troca de correspondência não haja qualquer comentário aos trabalhos realizados no santuário de Endovélico. Visivelmente, Vasconcelos sentia a necessidade de empreender o estudo do local e dos seus materiais, mas sentia-se impreparado para a tarefa e sentia também a pressão da responsabilidade, para lá dos apelos de terceiros: *O Hübner pediu-me as inscrições do Endovélico para o Corpus que está a acabar (o supl.). Eu prometi enviar-lhas até fins de Julho, mas estou atrapalhado, porque me falta o tempo. Em todo o caso hei-de publicá-las primeiro num jornal de cá, e mandar-lhe a separata.* (Carta de 16/VII/1890). Uma primeira notícia acabou por ser publicada nesse mesmo ano, mas, em Abril do ano seguinte, o bibliotecário confienciava ao seu amigo vimaranense: *Tenho continuado a estudar o meu Endovélico, e alguma luz vou achando. Mas só darei conta no fim de todos os meus estudos, para não andar sempre a corrigir* (Carta de 9/IV/1891). Nessa mesma missiva deixa um desabafo surpreendente: *O que eu queria era fazer uma excursão a Panóias, com alguém que soubesse de epigrafia bastante.*

De todos estes apontamentos ressaltam algumas ideias importantes. Por um lado, o tema da religiosidade e do deus Endovélico tornara-se dominante nos seus estudos, por outro, oscila entre uma clara consciência das suas insuficiências e a necessidade imperiosa de as superar, para poder publicar um grande estudo sobre o assunto. Diga-se que o estudo desta divindade indígena atormentou a existência intelectual de Vasconcelos. Por ela voltou várias vezes a S. Miguel da Mota, por diversas vezes anunciou um estudo monográfico em preparação (Vasconcelos, 1905, p. 112; 1913, p. 196), mas acabou por desistir de o apresentar. Nas pastas do seu legado, contudo, é possível verificar que o tema continuava na sua mente, sobretudo nos aspectos relacionados com as divindades com poderes

curativos ou, à boa maneira positivista, com apontamentos sobre doenças psicossomáticas e curas por sugestão – somente a título de curiosidade, encontram-se arquivados nos sobrescritos com o título *Endovélico* um recorte de jornal sobre as “aparições de Fátima” e as supostas curas milagrosas ali ocorridas. Foi provavelmente destes dilemas e conflitos que, desde logo, nasceu a ideia de produzir um estudo sobre as religiões da Lusitânia.

É de novo na correspondência com Martins Sarmento que encontramos um primeiro eco da iniciativa. Em duas cartas de 1892 fala, primeiro, de um artigo sobre o tema a publicar na *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queiroz, L. Magalhães e Rocha Peixoto, e em segunda carta, afirma ter desistido da ideia porque o artigo estava muito extenso, tendo decidido apresentar o seu estudo à décima sessão do *Congresso de Orientalistas*, que se deveria realizar em Lisboa nesse mesmo ano. A ideia era não só a de apresentar o alegado extenso estudo, mas (sobretudo) tirar partido da possibilidade que lhe ofereciam de incluir numerosas estampas, solicitando as imagens para as ditas ao seu amigo vimaranense.

Na mesma missiva apresentou o esboço do trabalho. Dividia-se em três partes: época pré-histórica (amuletos e culto dos mortos, principalmente); proto-história e época luso-romana, *com um appendice acerca do que desses tempos ficou no Cristianismo e na tradição popular através de Bárbaros e Árabes*. O plano da obra expõe com grande clareza a ideia leitiana: a tradição popular como depósito das remotas reminiscências das religiosidades pagãs. Exprime ainda a evidente dificuldade que sentia a tratar as realidades da pré-história, que circunscrevia aos amuletos e culto dos mortos. O mundo de Vasconcelos era ainda um mundo de documentos escritos. A proto-história estava presente através das inscrições às “divindades indígenas” e a época luso-romana por todo um conjunto de informações onde se conjugavam dados arqueológicos, epigráficos e documentais. Notável é o conceito de Lusitânia que apresenta: *Com a palavra Lusitânia denomino todo o território que assim se denominou em diferentes épocas, i.e., o ocidente da Península*. Em suma, no que ao âmbito geográfico concerne, retomava a ideia já expressa antes do lançamento da *Revista Lusitana* de considerar globalmente tradições e línguas de Portugal e da Galiza.

Mas a principal mudança visível na correspondência dos anos que se estendem de 1890 a 1893 é justamente a eclosão do arqueólogo José Leite de Vasconcelos. O tema passa a ser absolutamente dominante nas cartas a Sarmento, desde notícias várias à constante menção a novas aquisições de materiais e, mais importante ainda, a referência a novos trabalhos arqueológicos. Em Mangualde, com Alberto Osório de Castro e verbas da Sociedade Martins Sarmento, em antas do Alentejo,

por convite de um seu amigo, delegado de saúde em Ponte de Sor, ou em Conimbriga, com o apoio do Visconde de Condeixa (*que é amador de arqueologia, e que entusiasmei a fazer explorações em Condeixa-a-Velha*), Vasconcelos multiplicava-se em trabalhos de campo. Paralelamente, coligia informações para a primeira parte do seu estudo sobre as Religiões, enviando questionários extensos ao vimaranense – sobre rochas com “*covinbas*”, sobre mamoas e monumentos megalíticos. Arqueologia não era já um tema de que se não ocupasse, pelo contrário, tornara-se actividade central e a colecção da Biblioteca crescia, quer pelas suas colheitas e aquisições, quer por doações – *Obtivemos... para a Biblioteca uma boa colecção arqueológica do Júdice do Algarve... que a depositou lá.*

Assim, creio que se poderá dizer que, se a intervenção em S. Miguel da Mota fez José Leite de Vasconcelos despertar para a Arqueologia, o estudo sobre as *Religiões da Lusitânia* consolidou o arqueólogo, mas também o epigrafista. Há contudo um outro ponto importante no processo de nascimento do arqueólogo: a fundação do *Museu Ethnografico Português*.

4.1. O *Museu Ethnografico*

*O meu desejo, e não é só meu, era organizar
um grande Museu nacional de etnografia*

(Vasconcelos, carta a Martins Sarmento de 13/VII/1889)

O sonho de criar um *museu ethnographic* era já antigo em Leite de Vasconcelos e acentuou-se à medida que cresceu o seu interesse pela Arqueologia. A correspondência com Sarmento é, uma vez mais, perfeitamente elucidativa. Em carta enviada de Mangualde, onde se encontrava a proceder às pesquisas arqueológicas com Osório de Castro, em 1892, resume a sua actividade: *Na minha vinda não perdi o meu tempo. Além da linguagem que colhi, observei quanto isto está repleto de vestígios arcaicos: ele é o penedo cheio de covinbas; ele a bela telha de rebordo que aparece a cada canto; ele o castro alcantilado sobre ribeiro: ele as antas pré-históricas e o machado polido. Cansei as pernas e rompi as solas a andar. A pena foi não poder levar tudo para um museu* (sublinhado meu).

Este passo é importante para melhor se compreender o que movia Vasconcelos, como procedia e qual a sua estratégia. Em primeiro lugar, lançava-se febrilmente na sua actividade com a obsessão de “não perder tempo” e de “tudo registar e recolher”. Do mesmo modo que sentira estar a perder-se o mundo das tradições populares genuínas, sentia que se estavam a perder muitíssimos vestígios da remota Antiguidade, que era necessário preservar. Na sua perspectiva era

verdadeiramente uma luta contra o tempo e contra as adversidades do meio: a referência aos que lhe pedem avultadas verbas pelos materiais arqueológicos, aos proprietários que recusavam ... *a deixar dar no terreno deles nem mais uma só cavadela* (Carta de 18/IX/1892) e a desconfiança relativamente às autoridades locais – *A minha regra, agora, é deitar logo a mão ao que puder; não confio na vigilância das Juntas de Paróquia* (Carta escrita na sexta-feira Santa de 1892). Em termos genéricos, continuava a juntar tradições populares e Arqueologia, que não julgava dissociáveis e, em termos funcionais, aproveitava as suas visitas e excursões para se ocupar de ambas. A necessidade de um museu onde se pudesse reunir todo este acervo afigurava-se fundamental e não um museu qualquer, mas um Museu Central Nacional, pela pertinência e nobreza do tema e pela desconfiança que lhe mereciam as autoridades locais.

As diligências que efectuou para começar a reunir uma colecção na Biblioteca constituem um primeiro esforço. A intervenção em S. Miguel da Mota e o afã recolector que se lhe seguiu são os passos seguintes. Não deixava de crescer o acervo e a Biblioteca tornava-se espaço pouco adequado, que não cumpria as desejadas funções. A colecção destinava-se ao apoio às suas aulas e não à educação do povo, objectivo mais elevado que projectava para estes materiais. A empresa acabaria por ser coroada de êxito pelo empenho e colaboração de Bernardino Machado, então ministro das obras públicas – *Abraço vivamente a sua ideia*, escreveu em postal que dirigiu a Vasconcelos em 5/IV/1893 (Vasconcelos, 1915, p. 281-282). Creio que a forte afinidade de ideias e uma cumplicidade activa entre ambos constituíram os ingredientes fundamentais para a instituição do Museu.

O famoso político republicano, então ministro da monarquia constitucional, era lente na Universidade de Coimbra, onde fundara, em 1885, a primeira disciplina de Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-Histórica. Era, portanto, uma personalidade com ligações fortes à investigação destes domínios, por isso mesmo o patrocinador ideal do projecto leitiano. Pretendia o Museu *Representar a parte material da vida do povo português – isto é, tudo o que a esse respeito etnicamente nos caracteriza*, distribuída por duas secções: *Archaeologica* (desde as origens ao século XVIII) e *Moderna* (Etnografia). Ou seja, uma vez mais, perspectivado como um lugar de exposição das grandes continuidades que geraram o povo português. As razões da criação do Museu estão claramente enunciadas no Decreto da Fundação, de 20/XII/1893: instruir o povo urbano, desenraizado, desconhecedor das genuínas tradições culturais do país e apresentar modelos verdadeiramente nacionais aos artistas que, por estarem imbuídos de uma cultura cosmopolita, não conheciam nem valorizavam os elementos culturais

nacionais. Nação e Educação eram, pois, os dois lemas dominantes do projecto. Construção de identidade nacional e instrução pública do povo, em geral, e dos artistas, em particular, pelo efeito que ulteriormente teriam na instrução popular.

A estratégia delineada ainda nos tempos da Biblioteca foi intensificada. De novo em carta a Martins Sarmento, datada de Novembro de 1894, anuncia como novidade ter conseguido que *o Governo comprasse o espólio arqueológico de E. da Veiga. Fui ao Algarve em Janeiro buscá-lo, e já todo ele está debaixo da minha guarda no Museu Etnographico*. Tratava-se da restante colecção coligida por Estácio da Veiga nos seus trabalhos para a *Carta Archeologica do Algarve* e que, nas palavras de Vasconcelos ... *juntamente com o que já havia do chamado Museu do Algarve, faz um belo Museu*. Tirou partido da constituição do museu para nele incorporar algumas das colecções que já se encontravam à guarda do Estado (incluindo a da extinta *Sociedade Archeologica Lusitana* ou o legado Júdice) e para suscitar a compra de outras.

Na mesma missiva relata as suas deslocações no Algarve, região que o encantou e extensamente percorreu, de Milreu a Vila Real de Santo António, passando por Balsa, sem deixar de aproveitar para dar *um salto à Andaluza, que fica defronte*. Relata o copioso conjunto de antiguidades que obteve, mas não deixa também de sublinhar: *Colhi muita linguagem e muitas notas de etnografia moderna, curiosíssimas algumas*. Isto é, continuava a aproveitar as suas deslocações ao serviço do Museu para acrescentar as suas notas etnográficas e linguísticas.

A existência da nova instituição proporcionou a Vasconcelos a possibilidade de incrementar ainda mais as suas acções de terreno, que passou a realizar com o auxílio do pessoal contratado para o efeito. Nas cartas a Martins Sarmento multiplicam-se as notícias de viagens e trabalhos a locais muito diversificados, impressionando desde logo a extraordinária dispersão das suas iniciativas, num tempo em que as facilidades de deslocação não eram as melhores. O relatório que o director do Museu elaborou em 1914 intitulado *Estado actual do Museu Etnológico*, onde claramente ressoam ainda os ressentimentos resultantes do Inquérito Parlamentar de 1911, dá conta das excursões e escavações empreendidas pela instituição, ainda que sem discriminar os *repetidos e produtivos passeios arqueológicos pelos arredores de Lisboa* (Vasconcelos, 1915, p. 335). Neste precioso documento podemos apreciar a dimensão das actividades, fruto natural dessa urgência de recolha de elementos, de há muito sentida, mas também da existência de um criterioso plano de acção. Percebe-se também como a possibilidade de contar com alguns auxiliares nessas pesquisas permitiu iniciativas ainda mais numerosas e arrojadas, designadamente, várias escavações.

4.2. O boletim do Museu Etnológico: *O Archeólogo Português*

Se o Archeólogo congrega investigadores que nele consignam o impulso que dão á Archeologia, também torna conhecido por longe o nosso país, e estabelece permutas com jornais congêneres lá de fora que nos põem em comunicação com o movimento científico universal.

(Vasconcelos, 1915, p. 2)

O amplíssimo âmbito das actividades de Vasconcelos deu-lhe uma clara percepção do crescimento do interesse pelo estudo das antiguidades. Criou a sua rede de correspondentes e entusiasmou-se com o crescimento do número de aficionados das coisas antigas, como se percebe, de novo, na correspondência com Sarmento. Em carta expedida em 1894, informa o seu amigo: *Em Faro fundou-se um museu arqueológico. § Em Alvaiázere há um investigador que escreve num jornal local artigos bem feitos. § Como vê, a arqueologia vai progredindo.* Esta percepção terá induzido o fundador do *Museu Ethnografico* à criação de um periódico de temática exclusivamente arqueológica, ligado à instituição. No prospecto de divulgação da iniciativa, o novo periódico chamava-se *O Archeólogo Português*, esclarecem-se os seus propósitos e objectivo: *Para estabelecer relações litterarias entre os diversos indivíduos que, ou por interesse científico, ou por mera curiosidade, se occupam das nossas antigualhas, o melhor processo será pôr á disposição d'elles um jornal especial, onde tornem conhecidos do público, por meio de estampas e descrições, os objectos que possuírem, e dêem informações sobre estações archeologicas e monumentos de que souberem.* No mesmo prospecto indica-se de um modo claro o que efectivamente se pretendia dos seus futuros colaboradores: *O Archeólogo Português não aspira a inserir longas dissertações nas suas columnas ... tenta porém principalmente recolher notícias avulsas, embora abundantes e exactas, das nossas antiguidades, de modo que, ao cabo de alguns annos, esteja nelle um repositório excellent de elementos para o conhecimento da nossa historia.* (Vasconcelos, 1915, p. 88).

Leite de Vasconcelos criou assim uma publicação destinada a tratar de um modo específico os temas arqueológicos, retirando-os do âmbito da *Revista Lusitana* (que continuava a existir). Definia também o teor das colaborações pretendidas: pequenas notícias e não longas dissertações. Neste particular, revelava-se a atitude mental do fundador. Sabia e desagradava-lhe a propensão para as dissertações estéreis da literatura do seu tempo, conhecia também a fragilidade conceptual e teórica de muitos desses amadores. Uma vez mais, podemos rastrear essas preocupações na correspondência com Sarmento, onde

assume algumas objecções críticas a outros investigadores, como Estácio da Veiga (*Ele devia limitar-se a descrever e classificar – porque a teoria é o diabo. Tudo por ora em absoluto é prematuro. As sínteses virão por sua ordem* (Carta de 1889)) ou Pereira Caldas (*será ele capaz de fazer coisa de geito[sic]? Tenho muito medo às suas divagações, estilo, etc.* (Carta de 7/12/1891)). Não deixava mesmo de comentar criticamente os pontos de vista do próprio Sarmiento, com uma franqueza e frontalidade que eram um verdadeiro traço de carácter. A sua perspectiva era, pois, a da aplicação do grande programa positivista às realidades arqueológicas: apresentar os dados, criticamente estabelecidos, procurando que a acumulação desta informação possibilitasse as tais sínteses, que a seu tempo não deixariam de surgir.

Esta opção editorial acabaria, no fundo, por estar na base da polémica instalada com o grupo dos autores da revista *Portvgalia*, justamente os seus contemporâneos que mais se aproximavam, no programa de investigação, da sua própria proposta. Também eles inspirados por Martins Sarmiento, embarcaram numa aventura editorial que pretendia reunir os *materiaes para o estudo do povo português*. Pode dizer-se que, conceptualmente, tudo separava as duas revistas, sendo a do Porto justamente um espaço que acolhia as *longas dissertações*, que *O Archeólogo Português* explicitamente não desejava. De um ponto de vista gráfico, o modesto boletim do Museu contrastava vivamente com a exuberância do grande formato, com luxuosos extra textos e impressões a cor da revista do Norte (1899-1908). Não admira, pois, que um Santos Rocha acabasse por dar à estampa os seus fundamentais textos sobre as Antiguidades Pré-Romanas das vizinhanças da Figueira da Foz (Santa Olaia e Tavarede) nas páginas da *Portvgalia* e somente tenha tido colaboração discretíssima em *O Archeólogo Português*, apesar dos insistentes apelos de Vasconcelos. A violenta (e injusta) recensão que da revista portuense fez o director do Museu Etnológico, nas páginas do seu boletim, espelha bem essa diametralmente oposta perspectiva, sendo também visível algum “ressentimento académico”, passe a expressão (Vasconcelos, 1906).

Vasconcelos tinha igualmente uma percepção funcional da publicação de *O Archeólogo Português*. Desejava que o seu boletim fosse expedido para outros centros de estudo e investigação, quer no país, quer além fronteiras, contribuindo para a boa imagem da Instituição que o editava, mas não deixando também de solicitar as permutas que lhe permitiriam alimentar uma biblioteca actualizada com as mais recentes publicações nacionais e estrangeiras, como expressamente referiu. Órgão de difusão de notícias, mas também elemento angariador (por permuta) das indispensáveis publicações para uma constante actualização dos instrumentos de pesquisa.

4.3. O método do *archeólogo* José Leite de Vasconcelos

*Enfim, eu tencionava continuar as escavações e fazer como
V. Ex^a me aconselha, uns cortes até ao chão natural,
observando as camadas e os entulhos*

Proença Jr^o, F. Tavares – [Carta] 1903 Julho 16, Coimbra

[a] J. Leite de Vasconcelos [Manuscrito], 1903.

Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa, Portugal. COR J LV 2776 / 19211A

Enquanto arqueólogo, José Leite de Vasconcelos foi um absoluto autodidacta, como, aliás, nos restantes domínios científicos em que trabalhou. Como se disse, partiu do presente para o passado, operando sempre numa óptica centrada na convicção da existência de uma íntima relação entre as tradições populares e a informação proveniente do registo arqueológico ou das notícias de autores clássicos. A este respeito, para além de outros exemplos já apontados, merece atenção a descrição que fez a Martins Sarmento das tradições existentes no Cabo de S. Vicente, que visitou em 1894: *No Cabo de S. Vicente não há propriamente um monumento. Há um monte artificial de cascalho, – pedras miúdas –, chamado muledre (i.e. moledo); diz o povo que aquelas pedras são soldados encantados de D. Sebastião, e que quem levar uma para casa e a puser à noite no travesseiro, verá de manhã aparecer-lhe um soldado, que logo desaparece. Aqui parece haver um eco longínquo da passagem estraboniana, que aliás está corrupta, e por isso se não percebe toda. § No cabo há muitas aparições: figuras a andar pela praia, luzes à noite. Ouve-se uma música longínqua, sumida... e depois as luzes começam a voltijar [sic]. Aqui é que temos sem dúvida a lenda contada por Estrabão.* Esta convicção de se poder ainda documentar etnograficamente realidades que remontavam a um longínquo passado é recorrente na sua obra, embora se vá progressivamente esbatendo nos trabalhos finais.

Foi um viajante incansável em constantes deambulações por todo o país, procurando observar, registar e descrever, nunca abdicando da análise directa das realidades que estudava. O seu método de trabalho era extremamente abrangente, aproveitando cada viagem para colher os mais variados elementos para os seus estudos, desde manuscritos, a tradições, notícias, objectos etnográficos, artefactos arqueológicos. O mais notável é que aliava esta predisposição de “homem de campo” a uma não menos constante actividade de leitura e a uma vastíssima erudição. Dificilmente se encontrará alguém que, de um modo tão completo, aliou o saber erudito ao conhecimento das paisagens, das gentes e dos seus “falares” e das tradições populares, directamente colhidos na fonte.

O autodidactismo leitiano, aliado a algumas “ingenuidades” conceptuais, ou ainda o modo obsessivo como recolhia e trazia para o seu Museu objectos avulsos, oferecidos ou comprados, poderia levar-nos a supor que seria um arqueólogo pouco cuidadoso e criterioso. Sublinhe-se que Manuel Heleno, o seu discípulo e sucessor na direcção do museu, deu um contributo a esta má imagem ao escrever que nos tempos do seu mestre as escavações se faziam ... *precipitadas, incompletas, olhando mais à tipologia, mais ao objecto que às circunstâncias que o rodeavam* o que resultava em ... *interpretação mais tipológica do que funcional, mais arqueológica que cultural* (Heleno, 1956).

No entanto, entre os papéis do espólio de Leite de Vasconcelos é possível encontrar numerosos apontamentos de índole estratigráfica, ainda que por vezes algo esquemáticos, tal como é frequente encontrar plantas esquemáticas de monumentos e sítios. Das intervenções realizadas em necrópoles há esboços das sepulturas e uma cuidada identificação dos espólios encontrados em cada uma delas. Finalmente, podemos encontrar na sua correspondência endereçada a jovens arqueólogos advertências para que tomassem em consideração as relações estratigráficas no registo arqueológico, como é o caso das missivas trocadas com Francisco Tavares Proença Júnior. Toda esta documentação acaba por nos revelar um arqueólogo atento, criterioso e rigoroso nos seus registos de campo. Teria por certo limitações e pecava por algum esquematismo nos registos estratigráficos e planimétricos, mas estava longe de ser o escavador apressado e pouco cuidado que a demolidora crítica de Heleno sugeria. O facto de nunca ter utilizado toda essa massa de apontamentos realizados tem mais a ver com os cânones de publicação da sua época, onde não era habitual dar à estampa esses desenhos de campo, do que propriamente com uma suposta inexistência de registos. Mais do que os métodos de escavação em si, o que será discutível na estratégia de Vasconcelos é justamente o contrário do que Heleno invoca.

Na realidade, enquanto arqueólogo, o primeiro director do Museu Etnológico preocupava-se mais com a interpretação do que com a descrição das realidades encontradas, mais com os fenómenos culturais do que com as realidades materiais. Veja-se como o conjunto de sepulturas escavadas em necrópoles romanas como a Rouca (Alandroal) ou Fraga (Marco de Canaveses) lhe mereceram somente brevíssimos comentários genéricos sobre os rituais fúnebres ou a estrutura das sepulturas e nem uma palavra sobre os artefactos ali encontrados, tendo ficado por publicar o detalhado registo de espólios encontrados em cada sepultura. Para usar expressões habituais nos arqueólogos processualistas, Vasconcelos nunca foi um “artefactualista”, nunca teve um discurso centrado nos artefactos em si ou dominado por detalhes tipológicos. A sua fixação na recolha de artefactos, mesmo

quando se encontravam desprovidos de contexto, justificava-se somente porque sentia a necessidade de aumentar o acervo do seu Museu e porque entendia que era numa instituição pública que tais relíquias do passado deveriam ser guardadas.

4.4 O discurso científico do *archeólogo* José Leite de Vasconcelos

*... fui levado ... a occupar-me das cousas antigas,
quando ellas servião, no circulo dos meus estudos,
para aclarar os factos da actualidade*
(Vasconcelos, 1897, p. XXVII).

*Sem ousarmos ascender a séculos remotos, para não nos
embaraçarmos numa rêde inextricável de hipóteses,
aludamos apenas a tempos históricos*
(Vasconcelos, 1943, p. 208)

Embora já constituído, o *Museu Ethnographico Português* não dispunha ainda de instalações próprias, nem se encontrava aberto ao público, pelo que ainda não cumpria plenamente os objectivos que tinham levado à sua instituição. Em 1897, mudou o nome para *Museu Ethnologico*, alegadamente, para se não confundir com o *Museu Ethnographico Colonial da Sociedade de Geographia de Lisboa*.

Leite de Vasconcelos pretendeu abrir o Museu ao público, em 1898, no âmbito das comemorações do Centenário da Viagem de Vasco da Gama (Vasconcelos, 1897). A ligação entre os dois acontecimentos era pertinente, se pensarmos no pendor nacionalista do programa leitiano. Não chegou a concretizar esse objectivo, mas foi nesse ano e enquadrado nas Comemorações que se publicou o primeiro volume de *Religiões da Lusitânia*, a sua grande obra arqueológica.

Os três volumes saíram ao longo de dezasseis anos, se atendermos somente às datas de publicação (uma vez que, ao que tudo indica, o primeiro teve uma gestação bastante mais longa), justamente os anos de maior intensidade da actividade arqueológica de Vasconcelos. Constituem, por isso mesmo, um bom indicador do percurso científico do autor. Um caminho marcado, primeiro, pela aproximação ao passado, entendida como modo de melhor entender as realidades etnográficas, depois, pela progressiva compreensão de como essa não seria propriamente a via ideal para alcançar o que pretendia. Um caminho que partiu da contestação frontal às teses de Alexandre Herculano, defendendo a remotíssima linhagem lusitana dos portugueses, para uma progressiva desvalorização desse passado remoto, para se centrar nas realidades históricas.

O primeiro volume de *Religiões da Lusitânia*, dedicado à época pré-histórica e, sem dúvida, o menos conseguido, nele têm especial relevo os cultos funerários e os amuletos, tal como se mencionava no plano esboçado em 1892. Os primeiros, constituem um território privilegiado pela simples razão de não encontrar o autor outros campos onde possa indagar da religiosidade primitiva, os segundos foram sempre tema de eleição nos seus estudos etnográficos – a correspondência com Martins Sarmiento está cheia de referências às observações e recolhas de amuletos, entre os quais os machados de pedra polida. Interessa-nos reter alguns aspectos relevantes neste primeiro volume. Em primeiro lugar, a explícita contestação às teses de Alexandre Herculano e a assunção de uma identidade entre *Lusitânia* e Portugal, logo, uma explícita reivindicação da continuidade entre os mais antigos povoadores do ocidente da Península Ibérica, tidos como primitivos portugueses e os dos seus tempos (v. *Introdução geral à obra*). Assim sendo, o método de análise era claramente *etno-arqueológico*, como hoje se diria, embora com contornos bem diferentes dos actuais: *a fim de justificar muitas atribuições religiosas que faço aos povos prehistoricos, ou de explicar o uso de certos objectos d'então, recorri constantemente á ethnographia dos povos incultos da actualidade (utilizando quanto pude a bibliographia portuguesa), dos povos antigos, e das camadas populares das sociedades civilizadas* (Vasconcelos, 1897, p. XXXIV). O conceito de “análogo conveniente”, no estudo das sociedades antigas, estende-se às camadas populares, consideradas como verdadeiros representantes de modos de vida arcaicos, uma espécie de “fósseis vivos”. A pertinência da analogia relaciona-se também com a perspectiva de continuidade assumida entre os “avós de nossos avós” e nós próprios. Curiosamente, os dados antropológicos foram também escrutinados, ainda que reconhecendo todas as dificuldades que colocavam para a identificação de raças. Embora a formação médica de Vasconcelos o pudesse induzir a privilegiar este tipo de informação, muito em voga no seu tempo, tal não aconteceu. Pelo contrário, pareceu sempre assumir uma grande renitência em valorizar essa via.

Alguma ingenuidade que perpassa pelas páginas do volume deve entender-se como o normal resultado de uma formação que ainda dava os seus primeiros passos. Os volumes subsequentes, publicados em 1905 e 1913, apresentam uma riqueza de perspectiva bem diferente. Resultará essa diferença, por um lado, do natural amadurecimento do autor, mas, sobretudo, do salto qualitativo que representou a sua saída de Portugal, para uma longa digressão por diferentes países da Europa, tendo estudado em Paris, em 1899 e de novo em 1901, enquanto preparava a sua dissertação de Doutoramento em Filologia Românica.

Os segundo e terceiro volumes de *Religiões da Lusitânia* reflectem já de um modo mais claro o amadurecimento de Vasconcelos. Nestes, seguindo o plano

esboçado no longínquo ano de 1892, trata da *Protohistoria* e dos *Tempos Históricos, Época Lusitano-Romana*, com uma solidez e profundidade bem distintas do primeiro tomo. Para além do mais, acabou por introduzir neles uma outra obra autónoma que anunciara no primeiro volume, uma *Historia da Lusitânia* que acabou por incorporar em *Religiões*, deste modo ampliando substancialmente o primitivo objectivo. Mas o aspecto mais notável destes dois volumes é o seu *Appendice*, dedicado aos vestígios do paganismo observados no registo etnográfico, também ele claramente enunciado no primeiro plano da obra transmitido a Martins Sarmento. Atendendo a que explicitamente se acerco do passado para melhor compreender o presente, seria expectável que este *Appendice* constituísse um importante corolário da obra e creio que essa seria a ideia inicial. Contudo, assim não acontece. Trata-se de sete páginas de texto, com enumerações e enunciados vagos, e mais oito com figuras de objectos etnográficos. Na exposição, embora Leite de Vasconcelos reafirme que muito existe nas tradições populares remontando ao paganismo, é manifesta a dificuldade em estabelecer as pontes. O rigor descritivo e analítico habitual dá lugar a meros apontamentos hipotéticos e dubitativos, que se poderão considerar mais como declarações de impotência, de alguém que sempre procurava apurar a *verdade, no serviço da ciência – De taes vestígios, há uns cuja historia podemos mais ou menos seguir, de modo geral, desde eras remotas até hoje; há outros que não podemos relacionar directamente com documentos antigos que conheçamos na Lusitânia, mas que, pelo seu carácter, e pela sua estranheza em meio de crenças catholicas, manifestam que provêm de estirpe não christã, com quanto seja difícil, e ás vezes impossível, destrinçar quaes os que tem filiação lusitana, quaes os que a tem romana, quaes os que a tem germânica, ou outra.* (Vasconcelos, 1913, p. 593-594).

Em suma, aquilo que se esboçara em 1892 como natural conclusão de uma obra que mergulhava no estudo das antigas religiões do ocidente peninsular, para melhor enquadrar as “tradições populares” acaba por ser como que um reconhecimento da impossibilidade em dar um tal passo.

Como primeira obra de grande fôlego, *Religiões* constitui um bom exemplo que se pode comparar com os últimos escritos de Vasconcelos. Na *Etnografia Portuguesa*, a identidade entre Lusitânia e Portugal surge fortemente esbatida, a consideração das relações entre dados de Antropologia física e os portugueses acaba por ser, uma vez mais, genericamente afastada, pela dificuldade que suscita a sua análise. É certo que o autor continua a dizer que talvez o estudo sistemático e aprofundado de todos os dados ainda inéditos possibilite algum esclarecimento, mas soa mais a hipótese que de todo se não encerra, do que a real convicção. Na busca das origens do povo português, as realidades históricas surgem muito mais valorizadas do que os dados da mais remota antiguidade. Estes vivos contrastes

constituem o mais expressivo exemplo da trajectória do pensamento leitiano e, sobretudo, da sua profunda honestidade intelectual, que o leva a abandonar alguns dos grandes pilares das suas perspectivas iniciais, porque os progressos das suas investigações o fizeram compreender que se tratava de propostas dificilmente sustentáveis e demonstráveis. Sem nunca realizar um efectivo “acto de contrição”, na reorientação das suas análises, sente-se que não acreditava já na continuidade linear entre lusitanos e portugueses, nem na longínqua e remota prefiguração da Nação. Curiosamente, na geração seguinte, quer Mendes Corrêa, quer Manuel Heleno, o seu discípulo e sucessor na direcção do Museu, cada um a seu modo e com distintos argumentos, continuaram a trilhar o caminho que o velho mestre reconhecia já como demasiado tortuoso e de incerto destino.

5. PALAVRAS FINAIS

Pelo que ficou exposto, creio que poderemos concluir com um aparente paradoxo: o de que a Arqueologia foi um equívoco no percurso científico de Leite de Vasconcelos. Equívoco na medida em que representou um percurso falhado, como que um “beco sem saída” no seu projecto de estudo do Povo Português, que o próprio terá percebido, em fase adiantada da sua vida. Providencial equívoco, diria, pelo que possibilitou.

O aldeão que abjurou do catolicismo para abraçar a Ciência, com o fervor de neófito convertido a uma nova religião, que encarou com verdadeiro espírito de missão, dotando-se de um método sólido e lançando-se num percurso intelectual de constante aperfeiçoamento, produziu uma obra imensa. Buscou formação e informação em todos os lugares que se encontravam ao seu alcance. Traçou um caminho e seguiu-o, sempre com espírito crítico, legando-nos uma obra ímpar.

No seu afã de preservar para a posteridade um mundo que sentia em extinção e de que faziam parte, como a dado passo supôs, os remotos vestígios da presença humana no território nacional, tornou-se arqueólogo, em paralelo com a sua actividade de linguista e etnógrafo. Criou um Museu, que alimentou criteriosa e generosamente, uma revista em que se empenhou com igual desvelo e uma obra que conserva todos os vícios e virtudes das grandes produções positivistas: limitada e desequilibrada, no domínio analítico e interpretativo, incontornável, pela riqueza de informação e pelo rigor no estabelecimento das fontes. Também aqui trabalhou incansavelmente, com o zelo e competência que colocava em tudo o que fazia.

Viveu o chamado “século dos intelectuais”, atravessando diferentes regimes políticos, desde a Monarquia Constitucional, passando pela República, pela Ditadura Militar e o Estado Novo, sem nunca tomar partido, ao contrário do

que fizeram muitos dos seus companheiros de jornada e dos seus discípulos. Por isso, nunca foi popular, nem junto do poder, nem junto das diversas oposições.

Foi centralista, na convicção da necessidade de valorizar a unidade nacional, trazendo para o seu Museu, em Lisboa, tudo quanto pôde, desconfiando da capacidade e competência dos agentes locais. Também por isso não é popular, nestes tempos de regionalismos e descentralização. Contudo, um outro paradoxo desta imensa figura será o de ter conhecido, a partir de Lisboa, todo o país e cada região, com as suas peculiaridades, melhor do que ninguém. Ou seja, um centralista que produziu obra incontornável para qualquer estudo de índole local ou regional.

Foi, sem dúvida, o maior cientista social que até hoje Portugal teve e, por isso mesmo, é e será figura incontornável de toda a investigação que se ocupe de realidades portuguesas.

BIBLIOGRAFIA

As melhores fontes para o conhecimento das perspectivas de José Leite de Vasconcelos são os seus próprios escritos. De entre eles destacaria, pelo uso que delas fiz:

Para o nascimento do arqueólogo:

Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmento (Arqueologia e Etnografia) 1879 – 1899. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1958.

Sobre o seu pensamento e obra:

VASCONCELOS, J. L. (1897-1905-1913) – *Religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional. 3 vol.

VASCONCELOS, J. L. (1915) – *Historia do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, J. L. (1933a) – *Memorias de Mondim da Beira. Para a historia do concelho d'este nome*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, J. L. (1933b-1936-1941) – *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional. vol. 1-3.

(Outros sete volumes foram publicados postumamente, com base nas notas deixadas por J. Leite de Vasconcelos).

VASCONCELOS, J. L. (1943) – Origem do povo português (estado actual e sucinto do problema). *Revista Lusitana*. Lisboa. 38: 1-4, (1940-1943), p. 196-246 (texto publicado já depois da morte do autor e vertido no IV Volume de *Etnografia Portuguesa*).

Quem quiser conhecer a totalidade da sua vastíssima obra e vários apontamentos sobre a personalidade de José Leite de Vasconcelos, deve consultar:

José Leite de Vasconcelos Livro do Centenário (1858-1958). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1960.

Especialmente o levantamento de:

CEPEDA, I. V. (1960) – Bibliografia de José Leite de Vasconcelos. In *José Leite de Vasconcelos Livro do Centenário (1858-1958)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p 139-265.

Outras referências do texto:

HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 2, 3, p. 221-237.

VASCONCELOS, J. L. (1906) – Bibliographia. Portugalia, materiaes para o estudo do povo portuguez. Publicação periódica redigida por Ricardo Severo, Rocha Peixoto e Fonseca Cardoso. Tomo I, Porto 1899-1903 (4 fascículos); tomo II, Porto 1905-1906 (2 fascículos). *O Archeólogo Português*. Lisboa, 11, p. 321-379.

WINOCK, Michel (1997) - *Le siècle des intellectuels*. Paris: Seuil.

